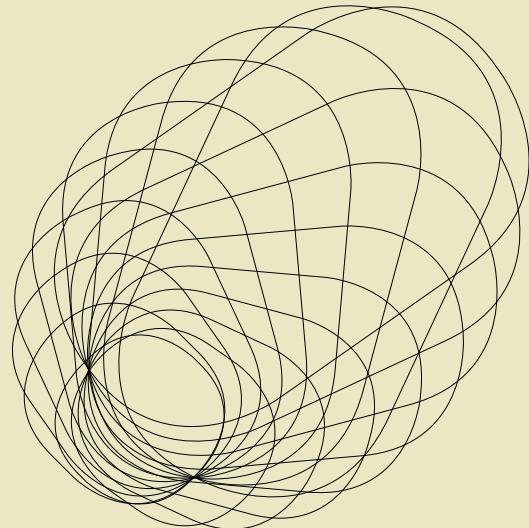


# TEMPO EM CURSO



Publicação eletrônica mensal sobre as desigualdades de cor ou raça e gênero no mercado de trabalho metropolitano brasileiro

**Ano III; Vol. 3; nº 8, Agosto, 2011**

(Influência da cor ou raça na vida das pessoas de acordo com a Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008, do IBGE)

**ISSN 2177-3955**

## **Sumário**

1. Apresentação
2. Evolução do rendimento habitual médio do trabalho principal
3. Evolução da taxa de desemprego
4. Influência da cor ou raça na vida das pessoas de acordo com a Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008, do IBGE

## **1. Apresentação**

Com o presente número, o LAESER dá continuidade ao boletim eletrônico "Tempo em Curso", nesta publicação, completando sua 22<sup>a</sup> edição.

Os principais indicadores desta publicação são os microdados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), divulgados, mensalmente, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em seu portal ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)), e tabulados pelo LAESER no banco de dados "Tempo em Curso".

A PME coleta informações sobre o mercado de trabalho das seis maiores Regiões Metropolitanas (RMs) brasileiras. Da mais ao Norte, para a mais ao Sul: Recife (PE), Salvador (BA), Belo Horizonte (MG), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e Porto Alegre (RS).

Na primeira parte deste número do "Tempo em Curso", é apresentada, como de hábito, a análise sobre a evolução do rendimento habitual médio e do desemprego nas seis maiores RMs brasileiras. Neste plano, objetiva-se compreender a evolução das assimetrias de cor ou raça no mercado metropolitano brasileiro no intervalo de tempo compreendido entre junho de 2010 e junho de 2011.

Na segunda parte desta edição, é apresentada uma síntese dos resultados da Pesquisa das Características Étnico-raciais da População (PCERP), realizada pelo IBGE em 2008, sobre a percepção dos entrevistados no que tange à influência da cor ou raça na vida das pessoas. A presente reflexão se deteve especialmente sobre a percepção da população entrevistada acerca da influência da cor ou raça na esfera de diversos planos da vida social, com especial destaque para o âmbito do acesso ao mercado de trabalho.

## **2. Evolução do rendimento habitual médio do trabalho principal (tabela 1)**

No mês de junho de 2011, o rendimento médio do trabalho principal habitualmente recebido pela População Economicamente Ativa (PEA) das seis maiores RMs foi igual a R\$ 1.578,50. Este valor representou uma elevação real de 0,5% quando comparado aos rendimentos do mês de maio do mesmo ano. Na comparação com o mês de junho de 2010, ocorreu uma elevação, em termos reais, mais consistente daquele valor: em 4,0%.

O rendimento habitual médio do trabalho principal da PEA branca de ambos os sexos, em junho de 2011, foi de R\$ 1.990,93. Já o da PEA preta & parda de ambos os sexos foi igual a R\$ 1.059,65.

Em relação ao mês de maio de 2011, o rendimento do trabalho da PEA branca de ambos os sexos sofreu uma queda de 0,5%, ao passo que o rendimento médio do trabalho da PEA preta & parda de ambos os sexos experimentou uma elevação de 0,7%.

Comparativamente ao mês de junho de 2010, o rendimento habitual médio dos trabalhadores brancos de ambos os sexos se elevou em 4,6%, ao passo que a elevação entre os trabalhadores pretos & pardos de ambos os sexos foi de 2,2%.

Desagregando o indicador para os grupos de sexo, verificou-se que, em junho de 2011, o rendimento médio dos trabalhadores brancos do sexo masculino foi de R\$ 2.294,85, enquanto o mesmo indicador para os trabalhadores pretos & pardos do sexo masculino foi igual a R\$ 1.206,46.

Na comparação entre os rendimentos médios observados em maio e junho de 2011, ocorreu uma queda de 0,5% nos rendimentos da PEA masculina branca, enquanto o mesmo indicador para a PEA masculina preta & parda se elevou em 1,0%. Todavia, comparativamente com o mês de junho do ano anterior, o aumento nos rendimentos dos trabalhadores brancos do sexo masculino (5,5%) foi bem mais expressivo do que o aumento no mesmo indicador para o grupo dos trabalhadores pretos & pardos do mesmo sexo (3,1%).

Quando as informações se voltam para o contingente feminino da PEA, vê-se que o rendimento médio do trabalho principal do mês de junho de 2011 da PEA feminina branca foi de R\$ 1.635,98. Já o mes-

**Tabela 1. Rendimento médio habitualmente recebido pela PEA ocupada residente nas seis maiores RMs, Brasil, jun / 10 – jun / 11 (em R\$ - jun 11, INPC)**

	2010							2011					
	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
<b>Homens Brancos</b>	2.175,02	2.263,23	2.337,24	2.353,56	2.340,14	2.269,70	2.299,66	2.329,34	2.330,01	2.365,31	2.283,83	2.305,85	2.294,85
<b>Mulheres Brancas</b>	1.584,48	1.604,78	1.586,52	1.632,02	1.663,98	1.671,68	1.610,03	1.623,46	1.622,95	1.637,69	1.629,78	1.641,65	1.635,98
<b>Brancos</b>	<b>1.903,08</b>	<b>1.960,12</b>	<b>1.991,50</b>	<b>2.019,17</b>	<b>2.029,18</b>	<b>1.996,72</b>	<b>1.981,83</b>	<b>2.001,54</b>	<b>2.007,26</b>	<b>2.031,07</b>	<b>1.982,88</b>	<b>2.001,39</b>	<b>1.990,93</b>
<b>Homens Pretos &amp; Pardos</b>	1.170,41	1.176,48	1.197,54	1.214,73	1.222,66	1.236,47	1.230,10	1.226,86	1.224,56	1.203,56	1.181,28	1.194,97	1.206,46
<b>Mulheres Pretas &amp; Pardas</b>	865,65	875,59	886,87	884,79	892,87	885,58	897,45	899,68	884,97	876,18	872,99	870,76	871,38
<b>Pretos &amp; Pardos</b>	<b>1.036,63</b>	<b>1.043,61</b>	<b>1.060,58</b>	<b>1.068,52</b>	<b>1.076,27</b>	<b>1.080,88</b>	<b>1.082,27</b>	<b>1.082,33</b>	<b>1.075,20</b>	<b>1.058,06</b>	<b>1.044,15</b>	<b>1.051,90</b>	<b>1.059,65</b>
<b>PEA Total</b>	<b>1.517,83</b>	<b>1.550,91</b>	<b>1.572,46</b>	<b>1.592,44</b>	<b>1.596,58</b>	<b>1.583,60</b>	<b>1.571,91</b>	<b>1.579,77</b>	<b>1.572,45</b>	<b>1.580,67</b>	<b>1.552,07</b>	<b>1.570,07</b>	<b>1.578,50</b>

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso)

mo indicador para a PEA feminina preta & parda foi equivalente a R\$ 871,38.

Na comparação com maio de 2011, o rendimento real das trabalhadoras brancas experimentou uma queda de 0,3%, enquanto o rendimento das trabalhadoras pretas & pardas ficou estável, com ligeira alteração positiva de 0,1%. Na comparação com o mês de junho de 2010, os indicadores de ambos os grupos experimentaram valorizações em termos reais. Para as trabalhadoras brancas houve elevação de 3,3% no indicador, enquanto que para as trabalhadoras pretas & pardas o aumento foi de 0,7%.

No mês de junho de 2011, nas seis maiores RMs brasileiras, o rendimento médio do trabalho principal da PEA branca de ambos os sexos foi 87,9% superior ao da PEA preta & parda de ambos os sexos. Em relação ao mês de maio de 2011 (quando a desigualdade de cor ou raça no indicador foi de 90,3%), houve uma queda na assimetria em 2,4 pontos percentuais. Desta forma, em junho de 2011, as assimetrias de cor ou raça voltaram a apresentar um cenário de queda, invertendo-se o movimento de elevação verificado em maio de 2011, na comparação com o mês anterior.

Contudo, comparativamente ao mês de junho de 2010 (quando as desigualdades de cor ou raça foram de 83,6%), ocorreu uma elevação nas assimetrias de cor ou raça em 4,3 pontos percentuais.

Na análise das desigualdades de cor ou raça dos rendimentos dentro dos grupos de sexo, observou-se que, no mês de junho de 2011, as assimetrias na PEA

masculina foram de 90,2%, favoravelmente aos trabalhadores brancos em relação aos trabalhadores pretos & pardos. Comparativamente ao mês imediatamente anterior, as desigualdades caíram em 2,7 pontos percentuais. Entretanto, em relação a junho de 2010, foi registrada uma elevação nas desigualdades de cor ou raça na magnitude de 4,4, pontos percentuais.

A comparação do mesmo indicador entre as mulheres brancas, de um lado, e pretas & pardas, de outro, revelou que as desigualdades de cor ou raça foram de 87,7%, mais uma vez, favoravelmente às primeiras. Em comparação com maio de 2011, as assimetrias nos rendimentos médios experimentaram leve declínio de 0,8 ponto percentual. Já em relação a junho do ano anterior, as desigualdades entre as mulheres brancas e pretas & pardas se elevaram em 4,7 pontos percentuais.

No mês de junho de 2011, os trabalhadores brancos do sexo masculino obtiveram rendimento médio do trabalho 163,4% maior do que as trabalhadoras pretas & pardas. No mesmo mês, os rendimentos médios do trabalho das trabalhadoras brancas foram 35,6% superiores aos dos trabalhadores pretos & pardos do sexo masculino.

### **3. Evolução da taxa de desemprego (tabela 2)**

Em junho de 2011, a taxa de desemprego aberto (número de pessoas desocupadas que estão procurando trabalho no mês de referência em proporção à PEA) da PEA das seis maiores RMs foi de 6,2%. Relativamente ao mês de maio do mesmo ano, este

percentual representou uma queda de 0,2 pontos percentuais no indicador. Já na comparação com o mês de junho de 2010, verificou-se redução um pouco mais expressiva na taxa de desemprego, na magnitude de 0,8 ponto percentual.

Em junho de 2011, a taxa de desemprego da PEA de cor ou raça branca de ambos os sexos foi igual a 5,3 %. O mesmo indicador para a PEA preta & parda de ambos os sexos ficou em 7,2%.

Quando comparados com o mês de maio do mesmo ano, aqueles indicadores apresentaram ligeiras retracções: 0,1 ponto percentual, para a PEA branca de ambos os sexos; e, 0,2 ponto percentual para a PEA preta & parda de ambos os sexos.

Comparativamente ao mês de junho de 2010, a taxa de desemprego passou por redução de 0,8 ponto percentual para a PEA no seu conjunto. Este movimento foi igualmente percebido, tanto para a PEA branca de ambos os sexos (redução de 0,5 ponto percentual), quanto para a PEA preta & parda de ambos os sexos (redução de 1,2 pontos percentuais).

Na desagregação da PEA pelos grupos de sexo, verificou-se que a taxa de desemprego aberto dos trabalhadores brancos do sexo masculino para o mês de junho de 2011 foi de 4,4%. Já o mesmo indicador para a PEA preta & parda do sexo masculino chegou a 5,6%.

Na comparação com o mês imediatamente anterior, no caso da PEA branca do sexo masculino, aquele indicador apresentou uma pequena alta de 0,2 ponto percentual. Este contingente foi o único dentre todos os outros grupos de cor ou raça e sexo que experimentou

aumento na taxa de desemprego no mês de junho de 2011, em comparação a maio do mesmo ano.

Entre maio e junho de 2011, a taxa de desemprego dos trabalhadores pretos & pardos do sexo masculino apresentou queda de 0,2 pontos percentuais.

Em relação a junho de 2010, os homens de ambos os grupos de cor ou raça experimentaram declínio nas respectivas taxas de desemprego aberto. A redução deste do indicador foi de 0,2 ponto percentual para a PEA branca do sexo masculino; e de 0,6 ponto percentual, para a PEA preta & parda do mesmo grupo de gênero.

Analisando-se o contingente feminino da PEA, notou-se que a taxa de desemprego de junho de 2011 para as trabalhadoras brancas foi igual a 6,4%. Na comparação com o mês anterior, ocorreu uma redução de 0,4 ponto percentual no indicador. Este movimento deu continuidade ao que ocorreu em maio do mesmo ano, quando a taxa de desemprego deste grupo declinou 0,2 ponto percentual. Já na comparação com junho de 2010, a taxa de desemprego das trabalhadoras brancas caiu em 0,8 ponto percentual.

No mês de junho de 2011, a taxa de desemprego da PEA feminina preta & parda foi de 9,2%, o menor índice verificado em 2011 até o momento. Na comparação com o mês imediatamente anterior, este indicador foi reduzido em 0,3 pontos percentuais. Quando comparado ao mês de junho de 2010, o grupo das trabalhadoras pretas & pardas foi o que experimentou a maior redução da taxa de desemprego dentre todos os outros contingentes de cor ou raça e sexo: 2,1 pontos percentuais.

**Tabela 2. Taxa de desemprego da PEA residente nas seis maiores RMs, Brasil, jun / 10 – jun / 11 (em % da PEA)**

	2010							2011						
	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	
<b>Homens Brancos</b>	4,5	4,3	4,4	4,0	4,1	3,8	3,5	4,4	4,6	4,4	4,3	4,2	4,4	
<b>Mulheres Brancas</b>	7,2	7,1	6,8	6,5	6,4	5,8	5,5	5,9	6,4	6,8	6,9	6,8	6,4	
<b>Brancos</b>	<b>5,8</b>	<b>5,6</b>	<b>5,6</b>	<b>5,2</b>	<b>5,2</b>	<b>4,7</b>	<b>4,4</b>	<b>5,1</b>	<b>5,4</b>	<b>5,5</b>	<b>5,5</b>	<b>5,4</b>	<b>5,3</b>	
<b>Homens Pretos &amp; Pardos</b>	6,2	6,6	6,0	5,6	5,3	4,9	4,7	5,2	5,7	5,7	5,8	5,8	5,6	
<b>Mulheres Pretas &amp; Pardas</b>	11,3	10,9	10,7	9,7	9,4	9,3	8,2	9,4	9,5	9,8	9,4	9,5	9,2	
<b>Pretos &amp; Pardos</b>	<b>8,5</b>	<b>8,5</b>	<b>8,1</b>	<b>7,5</b>	<b>7,1</b>	<b>6,9</b>	<b>6,3</b>	<b>7,1</b>	<b>7,4</b>	<b>7,6</b>	<b>7,5</b>	<b>7,5</b>	<b>7,2</b>	
<b>PEA Total</b>	<b>7,0</b>	<b>6,9</b>	<b>6,7</b>	<b>6,2</b>	<b>6,1</b>	<b>5,7</b>	<b>5,3</b>	<b>6,1</b>	<b>6,4</b>	<b>6,5</b>	<b>6,4</b>	<b>6,4</b>	<b>6,2</b>	

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso)

Contudo, apesar dessa redução proporcionalmente mais expressiva, em junho de 2011, a taxa de desemprego da PEA feminina preta & parda continuava sendo a mais alta em relação aos demais grupos. Proporcionalmente, o indicador referente às mulheres pretas & pardas apresentou-se 110% maior que a taxa dos homens brancos; 62,9% maior que a taxa dos homens pretos & pardos e ainda 43,6% superior à taxa de desemprego das mulheres brancas.

## **4. Influência da cor ou raça na vida das pessoas de acordo com a Pesquisa das Características Étnico-Raciais da População 2008, do IBGE (tabelas 3 e 4)**

### **4.a. O que foi a Pesquisa das Características Étnico-Raciais da População?**

No ano de 2008, o IBGE levou a campo a Pesquisa das Características Étnico-raciais da População (doravante abreviada por PCERP). Este levantamento tinha por objetivo auxiliar um aprofundamento de estudos e análises voltados a discutir um aprimoramento do sistema de classificação étnico-racial utilizado nas pesquisas realizadas pelo Instituto.

Além de subsidiar a formulação de possíveis alternativas ao sistema de classificação atualmente utilizado, a pesquisa visou também fornecer informações sobre a mobilidade social da população, através de perguntas sobre os níveis de instrução e a posição na ocupação dos pais dos entrevistados, e sobre a percepção da influência da cor ou raça nas áreas da vida social brasileira.

A pesquisa amostral foi a campo nas Unidades da Federação de Amazonas, Paraíba, São Paulo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso, além do Distrito Federal, onde entrevistou moradores de 15 anos de idade ou mais, residentes em cerca de 15 mil domicílios.

Nesta seção, serão investigadas as percepções da população entrevistada sobre a importância da cor ou raça na vida das pessoas, tentando refletir sobre o grau de percepção da discriminação racial nas esferas de interação social, especialmente no que tange à esfera profissional e de trabalho. A fonte dos dados citados nesta seção foi a publicação do IBGE sobre este estudo, e que pode ser encontrada para descarregar no próprio portal desta instituição, tal como segue abaixo:

[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas\\_raciais/default\\_raciais.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/default_raciais.shtm)

### **4.b. Como a cor ou raça influencia na vida das pessoas, segundo a PCERP?**

Do total de entrevistados pela PCERP, para 63,7% a cor ou raça influencia a vida das pessoas de uma maneira geral. No caso das mulheres, a percepção da importância da cor ou raça foi de 66,8%, ao passo que, entre os homens, esta mesma percepção alcançou 60,2% dos entrevistados.

É interessante notar que a percepção da importância da cor ou raça em influenciar a vida das pessoas aumentava medida em que se elevavam as faixas de anos de estudo. Desta forma, para os que tinham até 4 anos de estudo, o percentual de respostas positivas foi de 51,2%; para os de 5 a 8 anos de estudo, de 60,7%; para os de 9 a 11 anos de estudo, de 69,5%; e para os de 12 anos ou mais de estudo, 75,3%.

Não coincidentemente, quando se desagregava a resposta acerca da influência da cor ou raça na vida das pessoas pelos grupos de rendimentos também se identificava que o percentual de respostas positivas se elevava na medida em que aumentava a faixa da renda familiar per capita do entrevistado. Assim, responderam afirmativamente: 57,9% dos respondentes com rendimento familiar per capita até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo; 61,7% com rendimento familiar per capita entre  $\frac{1}{2}$  e 1 salário mínimo; 64% entre 1 e 2 salários mínimos, 66,2% entre 2 e 4 salários mínimos, e 77,4% entre os que ganhavam mais de 4 salários mínimos.

No que tange aos grupamentos etários, apesar de uma forma não linear, havia uma maior tendência da identificação da influência da cor ou raça na vida à medida que se era relativamente mais jovem. Assim, o percentual de respostas positivas foi de 67,2%, entre os entrevistados de 15 a 24 anos de idade; de 67,8%, entre os de 25 a 39 anos de idade; de 61,8%, entre os de 40 a 59 anos de idade; e de 53,7%, entre os de 60 anos de idade ou mais. Segundo a PCERP, a área de interação social mais influenciada pela cor ou raça de acordo com os respondentes era o trabalho (71,0%); seguida pela relação com a justiça e a polícia (68,3%); o convívio social (65%); a escola (59,3%); as repartições públicas (51,3%); o atendimento à saúde (44,1%); e o casamento (38,4%).

**Tabela 3. Pessoas de 15 anos ou mais de idade de acordo com a opinião sobre a influência da cor ou raça na vida das pessoas, segundo características selecionadas dos entrevistados, Brasil, 2008 (em %)**

	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
<b>A vida das pessoas é influenciada por sua cor ou raça?</b>		
<b>Total</b>	<b>63,7</b>	<b>33,5</b>
<b>Homens</b>	60,2	36,8
<b>Mulheres</b>	66,8	30,4
<b>Anos de estudo</b>		
<b>Até 4 anos</b>	51,2	43,0
<b>De 5 a 8 anos</b>	60,7	36,5
<b>De 9 a 11 anos</b>	69,5	29,2
<b>12 anos ou mais</b>	75,3	23,3
<b>Classes de rendimento familiar per capita</b>		
<b>Até 1/2 salário mínimo</b>	57,9	37,5
<b>Mais de 1/2 a 1 salário mínimo</b>	61,7	35,3
<b>Mais de 1 a 2 salários mínimos</b>	64,0	34,1
<b>Mais de 2 a 4 salários mínimos</b>	66,2	32,2
<b>Mais de 4 salários mínimos</b>	77,4	21,8
<b>Grupos de idade</b>		
<b>15 a 24 anos</b>	67,2	30,8
<b>25 a 39 anos</b>	67,8	30,6
<b>40 a 59 anos</b>	61,8	35,1
<b>60 anos ou mais</b>	53,7	40,3

Nota: A diferença entre o somatório e o 100% é representada pela categoria "Não sabe"

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008

Desagregando pelos grupos de sexo, observa-se que as mulheres afirmaram em maior percentual, relativamente aos homens, que a cor ou raça influencia todas as esferas sociais indagadas.

No caso dos entrevistados do sexo masculino, a cor ou raça influenciava a vida social das pessoas nas seguintes proporções: relação com a justiça e a polícia, 68,1%; trabalho, 67,9%; convívio social, 61,6%; escola, 56,0%; repartições públicas, 47,9%; atendimento à saúde, 41,4%, e casamento, 36,4%.

Já entre as pessoas do sexo feminino entrevistadas, a proporção das que assinalaram positivamente acerca da influência da cor ou raça na vida social foi de 73,9%, no trabalho; 68,4%, na relação com a justiça e a polícia; 68,2%, no convívio social; 62,4%, na escola; 54,4%, nas repartições públicas; 46,6%, no atendimento à saúde; e 40,2%, no casamento.

Na maioria dos intervalos de anos de estudo, de classe de rendimento familiar per capita, de faixas de idade e

dos grupos de cor ou raça, o maior percentual de respostas positivas acerca da influência da cor ou raça na vida social incidia sobre o trabalho. As exceções ficavam por conta dos de maior quantidade de anos de estudo, rendimento familiar per capita, e entre os brancos, que entendiam como campo mais frequente a relação com a justiça e polícia.

No que tange aos anos de estudo, as três maiores influências identificadas (para além do trabalho) acerca da cor ou raça na vida social foram as seguintes:

- Até 4 anos de estudo: convívio social, 54,7%; escola, 54,2%; relação com a justiça e a polícia, 53,7%;
- De 5 a 9 anos de estudo: relação com a polícia e a justiça, 66,1%; convívio social, 61,5%; escola, 57,2%;
- De 9 a 11 anos de estudo: relação com a polícia e a justiça; 75,2%, convívio social, 71,3%; escola, 64,2%;
- De 12 anos de estudo ou mais: relação com a justiça e a polícia, 79,6%; convívio social, 72,9%; escola, 59,8%.

Quando o mesmo indicador acima é decomposto pelas classes de rendimento médio familiar per capita, as três maiores influências da cor ou raça sobre a vida social (para além do trabalho) foram:

- Até ½ salário mínimo: relação com a polícia e a justiça, 61,5%; convívio social, 60,0%; escola, 58,2%;
- Mais de ½ a 1 salário mínimo: relação com a polícia e a justiça; 64,2%, convívio social, 62,5%; escola, 59,0%;
- Mais de 1 a 2 salários mínimos: relação com a polícia e a justiça, 71,0%; convívio social, 64,8%; escola, 59,8%;
- Mais de 2 a 4 salários mínimos: relação com a polícia e a justiça, 75,1%; convívio social, 71,9%; escola, 62,4%;
- Mais de 4 salários mínimos: relação com a polícia e a justiça, 77,0%; convívio social, 71,6%; escola, 58,6%.

No que tange às faixas de idade, os três maiores percentuais em termos de respostas positivas acerca da influência da cor ou raça na vida social (para além do trabalho) foram:

- De 15 a 24 anos: relação com a polícia e a justiça, 72,0%; convívio social, 69,6%; escola, 59,6%;
- De 25 a 39 anos: relação com a polícia e a justiça, 73,5%; convívio social, 67,3%; escola, 63,1%;
- De 40 a 59 anos: relação com a polícia e a justiça, 66,5%; convívio social, 63,9%; escola, 59,8%;
- 60 anos ou mais: relação com a polícia e a justiça, 55,6%; convívio social, 55,6%; escola, 49,7%.

Finalmente, quando se levam em consideração os grupos de cor ou raça, as três maiores proporções de respostas positivas acerca da cor ou raça sobre a vida social (para além do trabalho) foram as que seguem:

- Brancos: relação com a polícia e a justiça, 69,3%; convívio social, 65,3%; escola, 56,4%;

- Morenos: relação com a polícia e a justiça, 61,4%; convívio social, 59,6%; escola, 56,3%;
- Pardos: relação com a polícia e a justiça, 73,3%; convívio social, 71,1%; escola, 67,8%;
- Negros: relação com a polícia e a justiça, 76,0%; convívio social, 71,4%; escola, 70,8%;
- Pretos: relação com a polícia e a justiça, 67,8%; convívio social, 60,9%; repartições públicas, 60,6%.

#### 4.c. Questões para reflexão acerca da PCERP 2008

A PCERP correspondeu ao principal e mais exaustivo estudo realizado pelo IBGE até o momento, no que tange às percepções e atitudes étnico-raciais. Vale salientar que nos demais levantamentos dedicados ao tema por parte deste Instituto (Suplemento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, de 1976; e o Suplemento da PME, de junho de 1998) o questionário aplicado esteve abrigado no conjunto da pesquisa como um todo. Assim, a PCERP foi inovadora porque se dedicou exclusivamente àquela questão.

**Tabela 4. Pessoas de 15 anos ou mais de idade que consideraram que a cor ou raça influencia a vida das pessoas, por áreas de interação social, de acordo com características selecionadas dos entrevistados, Brasil, 2008 (em %)**

	Casamento	Trabalho	Escola	Atendimento à saúde	Repartições públicas	Convívio social	Relação com justiça / polícia
<b>Total</b>	<b>38,4</b>	<b>71,0</b>	<b>59,3</b>	<b>44,1</b>	<b>51,3</b>	<b>65,0</b>	<b>68,3</b>
<b>Homens</b>	36,4	67,9	56,0	41,4	47,9	61,6	68,1
<b>Mulheres</b>	40,2	73,9	62,4	46,6	54,4	68,2	68,4
<b>Anos de estudo</b>							
<b>Até 4 anos</b>	36,9	62,4	54,2	41,5	47,8	54,7	53,7
<b>De 5 a 8 anos</b>	35,8	68,2	57,2	42,5	48,7	61,5	66,1
<b>De 9 a 11 anos</b>	38,1	76,2	64,2	45,8	56,1	71,3	75,2
<b>12 anos ou mais</b>	45,2	77,4	59,8	46,8	50,1	72,9	79,6
<b>Classes de rendimento familiar per capita</b>							
<b>Até 1/2 salário mínimo</b>	37,9	67,8	58,2	45,7	51,6	60,0	61,5
<b>Mais de 1/2 a 1 salário mínimo</b>	37,9	70,0	59,0	42,3	51,1	62,5	64,2
<b>Mais de 1 a 2 salários mínimos</b>	35,2	71,2	59,8	44,3	52,6	64,8	71,0
<b>Mais de 2 a 4 salários mínimos</b>	41,8	75,1	62,4	44,9	51,9	71,9	75,1
<b>Mais de 4 salários mínimos</b>	47,4	74,9	58,6	44,4	47,1	71,6	77,0
<b>Grupos de idade</b>							
<b>15 a 24 anos</b>	33,1	72,0	59,6	43,7	50,7	69,6	72,0
<b>25 a 39 anos</b>	36,9	75,3	63,1	46,1	53,8	67,3	73,5
<b>40 a 59 anos</b>	42,5	71,3	59,8	45,1	52,3	63,9	66,5
<b>60 anos ou mais</b>	40,7	59,8	49,7	38,1	44,6	55,6	55,6
<b>Cor ou raça</b>							
<b>Branca</b>	37,8	69,1	56,4	42,2	48,7	65,3	69,3
<b>Morena</b>	37,2	66,7	56,3	45,4	50,0	59,6	61,4
<b>Parda</b>	38,4	78,5	67,8	45,5	57,2	71,1	73,3
<b>Negra</b>	44,1	82,6	70,8	49,0	60,0	71,4	76,0
<b>Preta</b>	42,3	76,0	60,3	48,3	60,6	60,9	67,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008

Decerto é necessário se questionar porque este estudo acabou se limitando a cinco Unidades da Federação mais o Distrito Federal, deixando de ser realizado em todo o território nacional. Mesmo o fator custo neste caso não poderia ocultar o fato de que o levantamento desta variável no Brasil traz consigo a necessidade de diversos aprofundamentos teóricos e metodológicos, necessários tanto ao pleno desenvolvimento dos estudos acadêmicos, como à produção das políticas públicas, estas, por sua vez, envoltas em uma série de polêmicas e maus entendimentos.

Neste sentido, se coloca a proposta ao IBGE da incorporação de ao menos parte deste questionário num dos futuros suplementos da PNAD Contínua (que incorporará em uma única pesquisa a PNAD e a PME), assim permitindo ao menos uma parcial superação da lacuna observada na PCERP, 2008, em termos da cobertura geográfica.

Não obstante, das respostas obtidas pela PCERP acerca da cor ou raça na vida dos indivíduos podem ser identificadas várias hipóteses de trabalho e sugestões de aprofundamento de estudos.

No que tange o fator escolaridade, foi vista a associação entre os anos de estudo e a maior percepção de que a cor ou raça influencia a vida das pessoas. Tal percepção poderia estar associada à maior capacidade crítica das pessoas de maior nível de escolaridade acerca da vida social. Assim, na percepção das pessoas de maior nível educativo, o fator aparência física acabaria sendo percebido como tendo um notável papel no modo pela qual cada um se insere na sociedade.

No que tange ao fator rendimento, as respostas acima poderiam também estar vinculadas aos espaços sociais vivenciados por cada um dos estratos sociais. Assim, na medida em que uma determinada pessoa sobe na pirâmide social, de sua própria experiência de vida, os efeitos da posse de uma determinada aparência física tenderiam a ficarem mais evidentes, abrindo ou fechando portas segundo cada local social específico.

Ou, dito de outro modo, na medida em que o modo de funcionamento do racismo opera, reforçando ou naturalizando posições sociais segundo a cor da pele e demais traços físicos identificáveis (formato de lábios, cabelos, nariz), seria mais fácil para os de extrato social mais bem posicionado identificar aquela influência à luz das associações existentes entre a cor da pele e a

posição social exercida. Isso ocorreria, seja em termos do reforço da percepção da convergência entre traços físicos e condição socioeconômica (melhor posição social = brancos; pior posição social = negros); seja em termos da criação das situações de estranhamento quando tais situações fossem encontradas de forma invertida (pior posição social = brancos; melhor posição social = negros), neste último caso gerando-se uma percepção de incongruência de status social.

De qualquer forma, é importante acentuar que malgrado algumas nuances, ao se analisar o conjunto de respostas dadas pelos diferentes grupamentos sociais, percebeu-se uma fundamental convergência acerca de que a variável cor ou raça era considerada como influente sobre a vida dos indivíduos, especialmente no espaço do trabalho, da relação com a polícia e a justiça, no convívio social e na escola. Mesmo entre as pessoas de menor nível de educação e de rendimento, a maioria identificava que a cor ou raça era um fator que influenciava na vida social das pessoas no Brasil, assim afastando a hipótese de que o tema das relações raciais apenas afetariam as pessoas de melhor posição social.

Para além de uma mera e simples classificação hierárquica sobre a importância da cor ou raça na vida das pessoas segundo o tipo de espaço social, aquele conjunto de respostas apontadas parece abrigar uma espécie de porta de entrada para o próprio significado ético e simbólico das políticas públicas de promoção da igualdade racial em todo o Brasil.

Por um lado, pelo seu lado específico no que tange aos planos da vida social mencionados (que cobrem o acesso ao trabalho, à justiça, ao sistema educacional e de saúde, etc) e à necessária construção de estreitas gias de enfrentamento do problema das assimetrias de cor ou raça em cada um daqueles âmbitos.

Por outro lado, porque as respostas obtidas pela PCERP acerca daquela indagação também refletem uma percepção social compartilhada entre os diversos estratos sociais, isso além dos grupos etários, de gênero e de cor ou raça. Neste sentido, o entendimento de que a cor ou raça das pessoas residentes no Brasil afeta suas vidas revela que há, de um modo ou de outro, uma maioria qualificada de pessoas que comprehende o padrão de relacionamentos raciais existentes no país, até o momento marcado pelo signo das injustiças e desigualdades, como um efetivo tema a ser melhor compreendido e equacionado.

Como tal, a resposta revelada pela maioria dos entrevistados pela PCERP não deixa de apontar para a existência de um importante consenso social acerca da validade das políticas de ações afirmativas, bem como as de promoção da igualdade racial.

Finalmente, cabe salientar a especial percepção por parte dos entrevistados pela PCERP acerca da influência da cor ou raça no mercado de trabalho. Tal dado

sugere que nesta esfera da vida social há uma maior sensibilidade para com a dimensão aparência física, abrindo ou fechando portas de acordo com as marcas raciais dos indivíduos. Considerando que tal seara faz parte justamente do eixo de reflexões deste boletim eletrônico, de fato, aquele resultado sublinha a importância dos estudos que vêm sendo sistematicamente realizados a cada mês nas sucessivas edições do “Tempo em Curso”.

## Tempo em Curso

### **Elaboração escrita**

Profº Marcelo Paixão, Irene Rossetto, Elisa Monçores

### **Pesquisadora Assistente**

Irene Rossetto Giaccherino

### **Bolsista de Graduação**

Elisa Monçores

### **Revisão de texto e copy-desk**

Alana Barroco Vellasco Austin

### **Editoração**

Maraca Design

### **Apoio**

Fundação Ford



### **Equipe LAESER / IE / UFRJ**

#### **Coordenação Geral**

Profº Marcelo Paixão

#### **Pesquisadores Assistentes**

Azilda Loretto

Cléber Julião

Irene Rossetto Giaccherino

José Jairo Vieira

Sandra Regina Ribeiro

#### **Bolsistas de Graduação**

Danielle Oliveira (PIBIC – CNPq)

Elaine Carvalho – Curso de Extensão (UFRJ)

Elisa Monçores (Fundação Ford)

Guilherme Câmara (PIBIC – CNPq)

João Víctor Guimarães Costa (Fundação Ford)